

NEOLIBERALISMO NA POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DO DECRETO Nº 9.765/2019

Estela Souza de Castro¹

Universidade Federal do Rio Grande

Gabriela Medeiros Nogueira²

Universidade Federal do Rio Grande

Carmen Regina Gonçalves Ferreira³

Universidade Federal do Rio Grande

RESUMO

Neste artigo analisa-se os termos e as concepções que evidenciam a perspectiva neoliberal da Política Nacional de Alfabetização (PNA) por meio de uma pesquisa documental que se valeu dos princípios da análise de conteúdo como ferramenta analítica. As fontes primárias deste estudo consistiram no Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019 e no Caderno da PNA, e as fontes secundárias, em estudos referentes à influência do neoliberalismo nas políticas educacionais brasileiras. Além da observação de concepções que, alinhadas a interesses capitalistas, estão sob forte influência da perspectiva neoliberal, os resultados da pesquisa mostram que a PNA assume uma postura sectária ao desconsiderar a história do processo da alfabetização no Brasil e os conhecimentos construídos por meio de discussões democráticas pela educação e para a formação de professores. A conscientização acerca desta questão instrumentaliza pesquisadores e profissionais das áreas da Educação Infantil e da Alfabetização frente às formas representativas que legitimam as ideologias do neoliberalismo e produzem modos de pensar e atuar na educação.

Palavras-chave: PNA; Políticas Educacionais; Neoliberalismo; Educação Infantil; Alfabetização.

¹ Pedagoga pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). É membra do Grupo de Estudo e Pesquisa em Alfabetização e letramento – GEALI (FURG). Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6795-0324>. E-mail: estelasouzacastros@gmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (PPGE/UFPel). Realizou Pós-doutorado na University of Illinois at Urbana-Champaign – UIUC, em 2016 e na University of Canterbury – UC na Nova Zelândia, em 2019. Professora no Instituto de Educação da Universidade Federal do Rio Grande – FURG e no Programa de Pós-graduação em Educação da FURG. Coordena o Grupo de Estudo e Pesquisa em Alfabetização e letramento – GEALI. Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6985-064X>. E-mail: gabynogueira@me.com.

³ Doutora e Mestre em Educação (UFPel), especialista em Ciências Sociais na Educação (URCAMP), Psicopedagogia Institucional, Clínica e Ludopedagogia (FAD), Orientação Educacional e Supervisão Escolar (FAD), graduada em Letras (FURG) e Pedagogia (UNINTER). É membra do Grupo de Estudo e Pesquisa em Alfabetização e letramento – GEALI (FURG), Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9251-7274>. E-mail: carmenreginaferreira@yahoo.com.br.

NEOLIBERALISM IN THE NATIONAL LITERACY POLICY: A DECREE NO. 9.765/2019 ANALYSIS

ABSTRACT

In this article, the terms and concepts that highlight the neoliberal perspective of the National Literacy Policy (PNA) were analyzed through documentary research that used the principles of content analysis as an analytical tool. The primary sources of this study consisted of Decree No. 9.765, of April 11, 2019, and the PNA's Notebook, and the secondary sources, in studies referring to the influence of neoliberalism on Brazilian educational policies. In addition to observing conceptions that, aligned with capitalist interests, are under strong influence from the neoliberal perspective, the research results show that the PNA takes a sectarian stance by disregarding the history of the literacy process in Brazil and the knowledge built through democratic discussions for education and teacher training. Awareness about this issue equips researchers and professionals in the areas of Early Childhood Education and Literacy in the face of representative forms that legitimize the ideologies of neoliberalism and produce ways of thinking and acting in education.

Keywords: PNA; Educational Policies; Neoliberalism; Early Childhood Education; Literacy.

NEOLIBERALISMO EN LA POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZACIÓN: UN ANÁLISIS DEL DECRETO N. 9.765/2019

RESUMEN

En este artículo se analizaron los términos y conceptos que resaltan la perspectiva neoliberal de la Política Nacional de Alfabetización (PNA), a través de una investigación documental que utilizó los principios del análisis de contenido como herramienta analítica. Las fuentes primarias de este estudio consistieron en el Decreto n. 9.765, de 11 de abril de 2019 y el Cuaderno de la PNA, y las fuentes secundarias, en estudios referidos a la influencia del neoliberalismo en las políticas educativas brasileñas. Además de observar concepciones que, alineadas con los intereses capitalistas, están bajo fuerte influencia de la perspectiva neoliberal, los resultados de la investigación muestran que la PNA adopta una postura sectaria al desconocer la historia del proceso de alfabetización en Brasil y los conocimientos construidos a través de discusiones democráticas para la educación y la formación docente. La conciencia sobre esta cuestión equipa a investigadores y profesionales de las áreas de Educación Infantil y Alfabetización frente a formas representativas que legitiman las ideologías del neoliberalismo y producen formas de pensar y actuar en educación.

Palabras clave: PNA; Políticas Educativas; Neoliberalismo; Educación Infantil; Alfabetización.

INTRODUÇÃO

Em janeiro de 2019, o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação (MEC), criou a Secretaria de Alfabetização (SEAlf) com a justificativa de atuar para melhorar a qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo absoluto e funcional no território nacional. A SEAlf assumiu a responsabilidade de planejar, orientar, coordenar e implementar políticas para alfabetizar crianças, jovens e adultos com cooperação nacional e internacional. No intuito de atender a tais fins, em 11 de abril de 2019, sob o Decreto nº 9.765 (BRASIL, 2019a), o então Presidente da República, Jair Bolsonaro, instituiu a Política Nacional de Alfabetização (PNA), lançada

posteriormente, em 15 de agosto de 2019, juntamente com o Caderno da PNA (BRASIL, 2019b).

Esse evento causou comoção entre pesquisadores do campo da alfabetização, dentre os quais alguns suscitaram a análise das evidências de uma perspectiva neoliberal (MORTATTI, 2020; NOGUEIRA, 2020) no contexto de sua implementação. Diante desse pressuposto, traçamos o objetivo de identificar os princípios neoliberais da PNA, além de termos e concepções nela recorrentes.

Na primeira seção deste artigo, contextualizamos como as políticas educacionais para as infâncias no Brasil foram sendo traçadas pela lógica neoliberal desde a década de 1990 até chegar à implementação da PNA, em 2019. Em seguida, na segunda e terceira seções, respectivamente, descrevemos a metodologia utilizada nesta pesquisa e discutimos sobre a caracterização da PNA, analisando os aspectos centrais do Decreto nº 9.765/19 que explicitam a perspectiva neoliberal. Por fim, encerramos o artigo com algumas considerações.

MARCAS DE UMA TENDÊNCIA NEOLIBERAL: DESDE A ORIGEM ATÉ A IMPLEMENTAÇÃO DA PNA

O ano de 2019 foi marcado pela efetivação de uma mudança político-partidária no Brasil⁴ que, sob tensões, colocou em holofotes

[...] fragilidades da irrealização de um Estado democrático de direito, cuja reposição das injustiças e das desigualdades sociais acena para uma promessa de igualdade que não se tornou tão pública assim para determinadas camadas da Sociedade [...] expõe também algumas das contradições que se interpõem no estabelecimento de políticas públicas em torno da alfabetização quando essas se mostram reduzidas a programas que mais fortalecem os ditames dos organismos internacionais, mas terminam por revelarem-se porta-vozes de uma noção de alfabetização que invisibiliza as crianças como sujeitos produtores de história e de cultura (Araújo, 2014, p. 1-2).

As questões relacionadas aos problemas de aprendizagem e da alfabetização, apontadas como fatores propulsores para a criação de políticas e programas

⁴ Um estudo sobre a PNA, realizado por Kaszcezen (2021), descreve as mudanças político-partidárias ocorridas no Brasil a partir do golpe de 2016, do qual resultou a troca de um regimento de esquerda para um governo de extrema-direita com visões de mundo completamente diferentes.

educacionais, a exemplo da PNA, são mais complexas do que os embates quanto ao método a ser seguido. Os persistentes índices de analfabetismo e de fracasso escolar no cenário nacional refletem uma sociedade desigual, expondo os efeitos da pobreza, da fome, da desnutrição, entre tantos outros⁵.

Nesse sentido, depreendemos a constante intervenção de organismos internacionais – como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial (BM) e a Organização das Nações Unidas (ONU) – com a justificativa de minimizar a situação, como uma característica da agenda neoliberal. No entanto, essas intervenções incorrem em consequências quanto a formulação de políticas públicas nos países associados, enquanto aquelas voltadas para a educação das infâncias no Brasil, passam pela influência conceitual desses organismos.

Medidas para que se alcançasse a efetivação da PNA já haviam sido forjadas alguns anos antes. Na década de 1990, representantes governamentais, intelectuais, organizações não governamentais (ONGs), entre outros, participaram da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, a fim de discutir princípios e fundamentações para as políticas educacionais. A conferência teve o financiamento e a influência de concepções da UNESCO, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), do BM e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e entre os compromissos firmados, ficou acordado que

Cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo (UNESCO, 1990, s/p).

⁵ Dados do Relatório “Pobreza e Equidade no Brasil – Mirando o Futuro Após Duas Crises”, publicado pelo Banco Mundial em 2022, indicam que em novembro de 2020, 27,8% das crianças das regiões norte e nordeste, as mais pobres do país, não estavam matriculadas em escolas ou não tinham acesso às atividades escolares. O acesso também foi menor para crianças que vivem em áreas rurais (ONU BRASIL, 2022, *online*).

Naquele momento, a atenção das organizações internacionais estava voltada para o Ensino Fundamental, as quais acendiam um sinal de alerta sobre a condição do analfabetismo no mundo. A partir disso, começaram a ser traçadas metas no formato de reformas educacionais que “[...] buscam dar respostas a problemas ou supostos problemas no campo educativo e se materializam em concepções educacionais, mudanças na organização curricular, no conteúdo, na forma de organização e nos métodos pedagógicos” (Frigotto, 2011, p. 1), o que se traduz em um histórico de influências, de órgãos nacionais e internacionais, exercidas sobre a educação no Brasil.

A reforma educacional da década de 1990, pautada pela perspectiva neoliberal, resultou na adoção de orientações economicistas que adequaram as políticas educacionais às de desenvolvimento econômico que se alinhavam à nova ordem mundial (Rosemberg, 2002). Os empréstimos recebidos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do BM estavam condicionados ao comprometimento dos países em adotar determinadas orientações no campo das políticas econômicas e sociais das organizações financiadoras.

No caso das políticas educacionais brasileiras, a influência do BM se fez sentir na década de 90 mediante o aumento do volume de empréstimos. [...] Ao lado dos empréstimos, a difusão de ideias, por meio de assessorias, continua ocupando posição proeminente na ação contemporânea do BM no setor educacional (Rosemberg, 2002, p. 32).

O BM estabeleceu que os recursos públicos deveriam ser focalizados nos gastos sociais do Ensino Fundamental, em detrimento do Ensino Médio, da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Infantil, com o argumento de que o retorno dos investimentos seria maior do que nos outros níveis de ensino (Rosemberg, 2002).

Em um estudo sobre políticas mundiais e movimentos nacionais no campo da alfabetização, Gontijo (2014) faz menção à Conferência Regional de Educação para Todos nas Américas e ao Fórum Mundial sobre Educação em Dakar, ambos realizados em 2000, momento em que retoma-se o histórico de metas para a alfabetização, traçadas, mas não alcançadas, na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, de 1990. Por ocasião desta última, foi proclamada a “Declaração mundial sobre educação

para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem” (UNESCO, 1990), tendo o seu texto sido adotado pelo Fórum Mundial, no qual foram estabelecidas seis metas, com centralidade na alfabetização, a serem alcançadas até 2015 (UNESCO, 2001).

Embora o foco das políticas estivesse voltado à alfabetização e ao Ensino Fundamental, sobre a Educação Infantil ficou acordado que

A Educação para Todos deve abarcar não apenas a educação primária, mas também a educação pré-primária, a alfabetização e os programas de capacitação para a vida. Utilizando tanto abordagens formais quanto informais, ela deve levar em conta as necessidades dos pobres e dos mais desfavorecidos [...]. (UNESCO, 2001, p. 16).

Um ponto importante a ser enfatizado é que os organismos difusores do neoliberalismo, como o FMI e o BM, passaram a dar centralidade, nesse contexto, também à Educação Infantil.

No Marco de Ação da Conferência Regional de Educação para Todos nas Américas (UNESCO, 2001), a educação é descrita como necessária na preparação para a vida, à captação de talentos e para revelar o potencial individual com vistas a desenvolver a personalidade dos educandos em vias de melhorarem suas vidas e transformar a sociedade.

No interior dessa perspectiva neoliberal, o que se torna preeminência e o modo como o que se prioriza no campo educacional são ditados pelos interesses econômicos, de modo tal que

[...] o descumprimento dos compromissos assumidos pelos países participantes dos movimentos internacionais se expressa também no não aumento de investimentos na alfabetização e, conseqüentemente no aumento do analfabetismo [...] a alfabetização é vista como um importante anunciador dos níveis de desenvolvimento, de diminuição das desigualdades sociais e de pobreza (Gontijo, 2014, p. 10-11).

As considerações de Gontijo (2014) ressaltam que os índices de analfabetismo são o espelho de uma sociedade, além de que há um evidente interesse dos organismos internacionais nos níveis de alfabetismo e analfabetismo no cenário mundial, posto que o não cumprimento das metas estabelecidas incidiria na redução de investimentos recebidos para a educação. Partindo dessa premissa, surge a

preocupação, por parte dos países envolvidos, em realinhar suas políticas e seus programas de alfabetização aos moldes dos investidores internacionais.

Diante desse cenário, foi produzido o relatório “Alfabetização Infantil: os novos caminhos” (Vieira, 2019), o primeiro documento nacional que apontava para a necessidade de que o tema da alfabetização fosse revisto e atualizado para subsidiar as políticas e as práticas educacionais no Brasil, alinhadas às perspectivas ditadas pelos organismos internacionais.

O relatório, documento precursor da PNA, foi elaborado por um grupo de trabalho organizado pela Comissão de Educação e Cultura, da Câmara dos Deputados, em vias de expressar a posição dos parlamentares em relação à alfabetização infantil, os quais, porém, “compartilham a ideia de que a competência central a ser trabalhada na alfabetização é a decodificação [...] pensam a alfabetização como um conjunto autônomo de competências e que o enfoque fonético é o mais apropriado para ensinar a ler e escrever” (Gontijo, 2014, p. 27).

Parte, ainda desse relatório, o indicativo do início de um processo de alfabetização sistematizado desde a Educação Infantil. Embora na introdução do documento Vieira (2019) indique que sua produção tenha sido realizada mediante um processo “democrático”, não foi possível perceber a existência de um diálogo que tivesse por intenção debater o processo de alfabetização a partir de outras concepções, tampouco observamos a contribuição de professores alfabetizadores em sua construção.

Após sua elaboração, o relatório passou por revisões e tramitou no Congresso Nacional por, pelo menos, três vezes – em 2003, 2007 e 2019 –, encontrando no ano de 2019 o cenário ideal para que a proposta fosse adotada segundo a iniciativa do governo vigente à época, de lotar o MEC com membros que defendiam uma concepção ultraconservadora de educação.

Embora o reconhecimento oficial do conteúdo do relatório tenha ocorrido em 2019, a lógica, os valores e os princípios que constituem a PNA vêm se articulando, desde o fim do século XX, em um contexto social, político e econômico no qual a influência do Estado neoliberal passou a conduzir as políticas educacionais brasileiras.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de cunho qualitativo no qual adotamos a pesquisa documental para a produção dos dados, entendendo o documento como “qualquer objeto capaz de comprovar algum fato ou acontecimento” (Gil, 2021, p. 29). Cientes de que na pesquisa documental as fontes dos dados consistem em documentos que ainda não receberam um tratamento analítico e/ou aqueles que já foram processados, mas que podem receber outras interpretações (Gil, 2021), tomamos como fontes primárias deste estudo o Decreto nº 9.765/19 (Brasil, 2019a) e o Caderno da PNA (Brasil, 2019b), que se diferenciam em sua estrutura, posto que o caderno traz especificações mais detalhadas sobre a política proposta e, como fonte secundária, utilizamos o referencial teórico que toma como base os trabalhos de Franco e Martins (2021), Mortatti (2019), Gontijo (2014), Frigotto (2011) e Rosemberg (2002), que realizaram estudos referentes à influência do neoliberalismo nas políticas educacionais brasileiras.

A análise dos dados pautou-se pela teoria da análise de conteúdo, que consiste em um “conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2011, p. 44). A sistematização e a análise foram organizadas em torno de três fases propostas por Bardin (2011), a *pré-análise*, a *exploração do material* e o *tratamento dos resultados e interpretação*.

Na fase inicial, nos dedicamos à leitura e ao estudo das fontes documentais primárias e secundárias, organizando o material com o objetivo de sistematizar as ideias iniciais para as análises. Na segunda fase examinamos alguns aspectos que nos possibilitaram refletir sobre as evidências neoliberais na PNA, tais como método, evidência científica, avaliações de larga escala, ranqueamento, colonização, subalternidade e sujeitos atingidos pela política. A partir do cruzamento desses dados elencamos três categorias, quais sejam, *Influências colonizadas*, *Interesses capitalistas* e *Influência sobre os sujeitos*. Por fim, na terceira fase, procedemos com o tratamento dos dados, as análises e discussões sobre cada categoria.

EVIDÊNCIAS DO NEOLIBERALISMO NA PNA

Inicialmente, identificamos nos documentos a recorrente intencionalidade de combater o analfabetismo absoluto e funcional no Brasil, a exemplo do que já ocorreu em propostas de políticas educacionais anteriores, baseadas na Constituição de 1988 que determina que “A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à: I – erradicação do analfabetismo” (Brasil, 1988, art. 214).

Reconhecemos as consequências e as fragilidades históricas do campo da alfabetização, visto que o analfabetismo carrega o estigma de ser responsável pelo atraso econômico, cultural e social do Brasil, porém, diante de tal conjuntura, é válido atentar para os discursos políticos que emergem de tais circunstâncias.

Através da análise do Decreto nº 9.765/19 foi possível identificar que, influenciadas por tendências internacionais baseadas em ranqueamentos e avaliações de larga escala, as estratégias e ações da PNA que visam a erradicação do analfabetismo estão recorrentemente relacionadas às questões do método e das evidências científicas. A partir do cruzamento entre o estudo das fontes documentais primárias e secundárias percebemos, na implementação da PNA e de seus programas, a influência de organismos internacionais, interesses capitalistas e a forma como suas propostas afetam os sujeitos que estão sob seus direcionamentos, temas esses que constituíram as categorias de análise sobre as quais discorreremos nas próximas seções.

INFLUÊNCIAS COLONIZADAS

De acordo com informações do Caderno da PNA (Brasil, 2019b), a criação dessa política justifica-se com base nos níveis insuficientes das avaliações internas e externas, a exemplo da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) e dos resultados do Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA), nos quais o Brasil ocupa o 59º lugar em leitura e a 65ª posição em matemática em um ranking de 70 países. Segundo os resultados da ANA de 2016, 54,73% de mais de 2 milhões de alunos concluintes do 3º ano do Ensino Fundamental apresentaram desempenho insuficiente

em leitura, dentre eles, cerca de 450 mil foram avaliados como incapazes de localizar informação explícita em textos simples de até cinco linhas e de identificar a finalidade de textos, tais como convites, cartazes, receitas e bilhetes. Quanto às avaliações de escrita e matemática, os níveis de insuficiência foram 33,95% e 54,46%, respectivamente (INEP, 2018).

Os dados supracitados evidenciam o distanciamento do Brasil em alcançar a meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE), que intenciona alfabetizar todas as crianças até o final de 2024 (Brasil, 2014). Evidentemente, os índices de alfabetização e os dados apresentados nos últimos anos pelas avaliações externas são demasiadamente preocupantes, no entanto, cabe problematizar sua relevância no contexto brasileiro. É fundamental levarmos em consideração que esses números nos dizem algo sobre o lugar político da escola na nossa sociedade, porém, ao tratar desses níveis insuficientes a PNA revela uma preocupação com os dados no que diz respeito ao *status* ocupado pelo Brasil em ranqueamentos internacionais, uma vez que as metas estabelecidas estão relacionadas a índices de eficácia pautados em modelos globais.

Percebemos, na PNA, a tendência em assumir uma postura colonizada quando, na intenção de elevar os índices quantitativos no campo da alfabetização, importa e toma como base modelos globais que não condizem com o contexto brasileiro, tais como o uso de evidências adotado em países de primeiro mundo, as práticas de literacia e a inserção das famílias no processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, os resultados poderão não ser os mesmos dos indicativos de avaliações de larga escala em nível internacional. A descon sideração de aspectos de ordem social e econômica tem incidido na não reversão do fracasso escolar, e nessas circunstâncias, na maioria das vezes, a culpabilização recai sobre os professores, classificados como despreparados para alfabetizar.

Franco e Martins (2021) contribuem com essa discussão ao ponderarem

[...] que a Educação é uma necessidade parece ser um consenso entre políticos, sociedade civil em geral e especialistas, entretanto, esse discurso é um discurso fácil e torna-se vazio quando não há efetivamente um compromisso ético-político, quando não se consolida, sobretudo, por meio de um orçamento robusto – vide que no atual governo foram feitos vários

cortes orçamentários com o nome pomposo de contingenciamento, precarizando ainda mais o cenário educacional brasileiro. Destacamos que a Educação Escolar no nosso país é, antes de tudo, um problema de classe social e desigualdade de renda. Portanto, há de se levar em conta a criança e o professor na sua concretude e, lamentavelmente, o documento não se ocupa dessa feita, homogeneizando o processo de aprendizagem e pouco considerando o papel e as condições objetivas de trabalho do professor (Franco; Martins, 2021, p. 65).

Corroborando o supracitado, Mortatti (2019) indica o uso do termo “evidências científicas” como uma estratégia da PNA para tirar o foco das reais necessidades a serem supridas no cenário da alfabetização no Brasil, além de evidenciá-la como um dos “instrumentos a serviço de táticas de silenciamento/ocultação de motivações atreladas a um projeto de país” (Mortatti, 2019, p. 47), atribuindo o intuito por trás de sua implementação como uma

[...] “intervenção máxima” na alfabetização, por meio da imposição autoritária de ações pautadas em princípios do ultraconservadorismo político conjugados com fundamentalismo científico-religioso, em aparente contradição com os princípios do “Estado mínimo” pautados pelo neoliberalismo ao qual se alinha (de modo subserviente e com mentalidade colonizada, a países e organismos internacionais) a política econômica do atual governo federal, com objetivo de implementar agenda de privatização das empresas e serviços públicos, a fim de beneficiar interesses “do mercado”, ou seja, de grupos de empresários, rentistas, banqueiros, principais segmentos da população responsáveis pela eleição do atual Presidente da República (Mortatti, 2019, p. 44).

Desconsiderar a vasta produção científica do campo da alfabetização no Brasil e formular uma política pública pautada prioritariamente no que ditam os organismos internacionais e países como os Estados Unidos e Portugal, evidencia a marca de uma perspectiva neoliberal. Ao instituir a PNA e negar o reconhecimento dos avanços, nas últimas quatro décadas, da pesquisa brasileira sobre a alfabetização no país, o governo brasileiro nos condiciona à subalternidade (Macedo, 2020), que se associa a conceitos e nomenclaturas que não fazem sentido às práticas docentes devido aos contextos social e econômico que afetam amplamente o cenário educacional brasileiro.

Observamos uma tendência inconsistente, sectária e homogeneizante na apresentação da alfabetização baseada em evidências no decreto da PNA (Brasil, 2019a). A forma como essa abordagem tem sido exposta expressa que, supostamente, pesquisadores brasileiros do campo da alfabetização não utilizam evidências científicas

em suas pesquisas, enquanto a PNA, por seu turno, inaugura, nesse contexto, o “novo/inédito”. Refutando tal entendimento, Maciel (2020) expõe dados consistentes sobre pesquisas baseadas em evidências realizadas no Brasil, que utilizando-se do chão da sala de aula como laboratório, consideram o processo inicial do trabalho com a leitura e a escrita e contemplam as diversas facetas da alfabetização:

No banco de dados da pesquisa “Alfabetização no Brasil, o estado do conhecimento”, temos cadastradas 1924 teses e dissertações produzidas sobre alfabetização de crianças no ensino fundamental, ao longo de 40 anos. Desse conjunto, a produção sobre alfabetização nos cursos de pós-graduação em Educação cresceu e ultrapassou a produção acadêmica dos programas de Psicologia. Apenas um exemplo de como uma política pública nacional de formação de alfabetizadores tem seus reflexos na produção acadêmica: sobre o PNAIC foram produzidas no período de apenas cinco anos - 2013 - 2019 - 363 pesquisas, 33 teses, 242 dissertações e 88 pesquisas em mestrados profissionais, sendo 95% em Programas de pós-graduação em Educação (Maciel, 2020, p. 59).

O decreto da PNA aposta na melhora da qualidade da alfabetização no território nacional por intermédio da promoção da alfabetização baseada em evidências científicas. Dessa forma, evidencia desconsideração aos avanços ocorridos nas últimas décadas referentes à redução da taxa de analfabetismo. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023a, 2023b), a taxa de analfabetismo entre a população de 15 anos ou mais caiu ininterruptamente nas últimas quatro décadas, saindo de um patamar de 50% em 1980, para chegar a 6,6% no ano de 2019. Essas evidências nos levam a depreender que, embora com pontos frágeis e de modo não linear, a formulação e a aplicação das políticas de alfabetização anteriores à PNA consideravam, sim, bases científicas eficientes, produzidas por milhares de pesquisadores brasileiros, além de representarem avanços significativos na redução dos índices de analfabetismo.

Outra tentativa de colonização na alfabetização brasileira está na importação e utilização do termo “literacia” (uma das possíveis traduções do termo *literacy*) em substituição ao termo *letramento* que, no campo de ensino-aprendizagem da língua materna, foi o que mais se consolidou no Brasil (Bunzen, 2020), associado às práticas de alfabetização desenvolvidas dentro do contexto sociocultural. O apagamento e a omissão do termo *letramento*, ao se tratar das práticas de alfabetização, intenciona

confundir, conceitualmente, com o entendimento engessado de uma prática que pode ser ensinada e avaliada – o que tem sido definido como “literacia” na PNA –, resultando em um empobrecimento cultural e das interações sociais.

Uma das marcas colonizadas que emerge juntamente com a inserção do vocabulário aplicado pela PNA, trata-se da tentativa de mecanizar o processo de alfabetização ao defini-lo como o ensino de uma habilidade (codificar e decodificar), perspectiva essa que anula a visão de criança como sujeito cognoscente, que deve ocupar o papel central no processo de sua aprendizagem.

De acordo com Bunzen (2020), o termo “literacia” é amplamente utilizado nos documentos curriculares de Portugal. O vocábulo não considera a função social da leitura e da escrita, restringindo a possibilidade de educar um leitor crítico, um leitor de mundo com potencialidade para se formar um sujeito comunicativo e ativo na sociedade. Concernente ao mesmo termo, foi inaugurado pela PNA, ainda, o emprego das expressões “literacia familiar” e “literacia emergente” (Brasil, 2019a), sendo que este último defende a ideia do ensino sistematizado de fonemas e a realização de exercícios de prontidão motora, antecipando, equivocadamente, a alfabetização para a etapa da Educação Infantil.

Ao apresentar uma perspectiva funcional da alfabetização, percebemos uma concepção de alfabetização pautada na lógica do capital humano, conceito desenvolvido pela equipe de Theodoro Schultz, nos Estados Unidos, ao longo da década de 1950, que sustentava a tese de que “[...] aqueles países, ou famílias e indivíduos, que investissem em educação acabariam tendo um retorno igual ou maior que outros investimentos produtivos.” (Frigotto, 2011, p. 4). Em vista disso, o capital humano passou a ser adotado como estratégia para diminuir a desigualdade entre nações, grupos sociais e indivíduos. E é com base nessa teoria que “se traçam planos, diretrizes e estratégias educacionais, especialmente para os países de capitalismo dependente, e se afirma a ideia de que a ascensão e mobilidade social têm um caminho garantido via escolaridade, mediante empregos bem remunerados” (Frigotto, 2011, p. 4).

No relatório “Alfabetização Infantil: os novos caminhos” e no decreto da PNA é utilizado o conceito de “alfabetização funcional”, adotado pela UNESCO no decorrer de décadas. Embora novos conceitos e diretrizes sejam assumidos em diferentes épocas, a essência quanto ao “que as crianças e os jovens precisam saber para garantir um emprego no século XXI” (UNESCO, 2022, p. 24) permanece, visto que no Relatório da Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação enfatiza-se a preparação para o emprego como um objetivo educacional importante (UNESCO, 2022). Em sua tese de doutorado, Endlich (2019) defende que

[...] os discursos publicados pela Unesco, majoritariamente, são fundamentados em uma concepção de educação como investimento financeiro e de alfabetização como competência necessária para o modelo de cidadão desejado pelo mercado (que possa aprender a aprender, aprender ao longo da vida e utilizar as ferramentas da linguagem, principalmente a leitura, de modo prático e funcional). As estratégias mais eficazes de propagação desses discursos foram os eventos promovidos pela entidade em que os Estados-membros participantes assumiram compromissos em torno de metas condizentes com ideais de organismos internacionais defensores da ordem capitalista (Endlich, 2019, p. 175).

No intuito de produzir “determinados tipos de alunos/cidadãos desejados” (ENDLICH, 2019, p. 175), observamos na PNA um projeto para a alfabetização que, ligado a interesses econômicos e sociais, coloca os sujeitos numa condição de subalternidade, sendo “domesticados” para atender às demandas dos grupos dominantes.

INTERESSES CAPITALISTAS

Na análise do decreto foi possível identificar uma estratégia ideológica, travestida por um discurso científico, que a fim de validar o que está sendo determinado pela PNA, recorre a

[...] táticas persuasivas características de discurso autoritário/religioso, como tentativa de negar a história e aniquilar a memória do passado recente/presente e seus sujeitos, visando a reiterar, para os que definem como “público-alvo” e “agentes” da PNA, que ela representa um marco histórico de mudança para um novo paradigma centrado na “verdade (sempre científica)” (Mortatti, 2019, p. 41).

A implementação da PNA apresenta-se acompanhada de um discurso falacioso das evidências científicas (Mortatti, 2019). O relatório “Alfabetização Infantil: os novos caminhos” indicou que, dentre os problemas crônicos da educação brasileira, está a “dificuldade do país em usar conhecimentos científicos e dados de avaliação para melhorar a qualidade da educação” (Vieira, 2019, p. 15). Na última edição do relatório, que teve sua publicação em 2019 e ocorreu concomitante ao lançamento e à instituição da PNA, reafirma-se a supremacia das ciências cognitivas como solução para os déficits de aprendizagem e alfabetização, como já havia sido frisado em suas versões anteriores.

No entanto, a partir da concepção mercadológica do neoliberalismo, a idealização das evidências científicas se traduz em um grandioso projeto de produção de materiais “cientificamente fundamentados”, a exemplo da disseminação sectária de sínteses de evidências científicas, da formação inicial e continuada de professores que contemplem o ensino das ciências cognitivas e sua aplicação no processo de ensino e aprendizagem. Moraes (2020) descreve o referido processo como um desrespeito à diversidade das crianças e dos docentes, dado que o que a PNA defende por evidências científicas reproduz a utilização, em nível nacional, de uma base uniforme de materiais didáticos e pedagógicos e de formação continuada.

A análise do Decreto nº 9.765/19 demonstra que não são as evidências científicas que representam uma ameaça à qualidade da alfabetização, mas a visão intransigente que favorece a aplicação de um método restritivo e engessado, limitado à codificação e decodificação, é o que exprime desconsideração ao que realmente é prioridade no processo de alfabetizar. Para Frade (2020), os estudos realizados no campo das Neurociências trazem

[...] resultados muito incipientes sobre como as pessoas produzem sentidos a respeito do que leem ou escrevem; o que as leva a escrever; quais conhecimentos e repertórios culturais mobilizam nesses atos. Assim, se essas pesquisas são válidas para fazer avançar as Neurociências e validam interpretações sobre os resultados de exames sofisticados e próprios da área, isso traz poucas repercussões pedagógicas (Frade, 2020, p. 18).

Dessa forma, ao concluirmos que as contribuições das Neurociências para o campo da educação não são superiores às de outras evidências científicas, cabe a

reflexão quanto a intencionalidade de “inserir o Brasil no rol de países que escolheram a ciência como fundamento na elaboração de suas políticas públicas de alfabetização” (Nadalim, 2019, p. 7). A resposta para essa questão pode ser encontrada no capítulo seis do decreto da PNA, que faz referência ao emprego de avaliações no que tange aos processos de ensino e aprendizagem, à eficácia escolar na alfabetização e ao desenvolvimento de indicadores de fluência em leitura oral e proficiência em escrita (Brasil, 2019a).

As marcas do neoliberalismo no Decreto nº 9.765/19 ficam evidentes na medida em que constatamos como são empregados temas como avaliação, eficiência, produtividade, desempenho e eficácia (Brasil, 2019a). Atrelada a essa tendência, a adoção exclusiva do método fônico denuncia o caráter mercantil da PNA, especialmente se considerarmos que entre seus idealizadores estão os empresários e os especialistas do mercado de cursos, apostilas e cartilhas que “rezam” o referido método em nome da eficiência e da valorização das evidências científicas.

Nesse sentido, na medida em que uma minoria se beneficia com os dividendos da adoção de materiais didáticos específicos, baseados em evidências (método fônico), alguns fatores sociais que atingem os sujeitos afetados pela implementação da PNA são desconsiderados, conforme analisamos a seguir.

INFLUÊNCIA SOBRE OS SUJEITOS

Se de um lado o capitalismo beneficia alguns, por outro, há uma maioria invisibilizada de sujeitos que sofre as consequências da perspectiva adotada pela PNA. Economicamente, a implementação dessa política se mostra benéfica a um seleto grupo de indivíduos que deteria o poder de produção, principalmente quando o decreto projeta o “desenvolvimento de materiais didático-pedagógicos específicos para a alfabetização de jovens e adultos da educação formal e da educação não formal” (Brasil, 2019a) com a adoção de um sistema padronizado de alfabetização.

Ao analisarmos o que se espera dos e para os diferentes atores sociais que, de alguma forma, são afetados pela implementação da PNA, nos questionamos quanto ao papel sugerido para as famílias, posto que há uma evidente intenção de que essas atuem como “um dos agentes do processo de alfabetização”, que dele participem

através de “ações de cooperação e integração” com a comunidade escolar e no “estímulo aos hábitos de leitura e escrita e à apreciação literária por meio de ações que os integrem à prática cotidiana das famílias” (Brasil, 2019a, s/p). Ao especificar as práticas de “literacia familiar”, o Caderno da PNA indica que com treinamento, boa vontade e seguindo as técnicas, todos serão capazes de orientar seus filhos contando histórias e aumentando o vocabulário da criança, mesmo pessoas que não sejam alfabetizadas (Brasil, 2019b).

Dentre os programas da PNA, foi dado grande destaque aos cursos do Programa Tempo de Aprender, destinado à formação de professores e gestores escolares, porém, esses cursos são disponibilizados também para a comunidade em geral, por meio da plataforma AVAMEC⁶. Disponibilizar e incentivar amplamente o acesso e a participação dos pais em um curso elaborado e destinado à formação de professores alfabetizadores evidencia um alinhamento às propostas do *homeschooling* e de “literacia familiar”. A terceirização do que cabe à escola, para as famílias, envolve a transferência de algumas atribuições que seriam dever do governo, o que implica, também, em caso de fracasso, na isenção da responsabilidade por parte da escola.

Além disso, outra questão refere-se ao apagamento das desigualdades sociais, visto que o decreto da PNA não apresenta especificações claras em relação às medidas que seriam tomadas para minimizar os impactos sociais da pobreza e de tornar mais realística a aproximação das famílias com a escola. Diante disso, cria-se um hiato quanto às ações para que a participação familiar no processo de alfabetização ocorra de forma efetiva. Grande parte das famílias atendidas pelas escolas públicas no Brasil distancia-se dessa possibilidade, seja pela sobrecarga de trabalho, por famílias numerosas, por pouca instrução ou analfabetismo, seja por violência doméstica e outros tantos fatores sociais que não daríamos conta de explorar neste recorte, mas que inviabilizam as ações recomendadas. Nas palavras de Macedo (2020),

⁶ Os cursos que integram o programa Tempo de Aprender são: “Alfabetização Baseada na Ciência - 180 horas” (2019), “Práticas de Produção de Textos - 120 horas” (2019), “Práticas de Alfabetização - 30 horas” e o programa de literacia familiar, “Conta Pra Mim” (2019), destinado às famílias brasileiras.

O que dizer da imensa maioria de crianças excluídas nesse país que não têm direito a frequentar a escola e poder nela permanecer aprendendo, simplesmente porque entre ir à escola e ajudar aos pais na sobrevivência, a fome fala mais alto. O que dizer da imensa quantidade de crianças que sequer têm acesso à água, saneamento básico, saúde, alimentação adequada, proteção física e emocional? O que dizer da imensa maioria de famílias, nas suas mais diversas composições, que sobrevivem cada vez mais com menos, conforme indicam as pesquisas sobre o crescimento da pobreza e da desigualdade no país? O que dizer de professores exauridos, trabalhando três turnos para pagar as contas, num país que não os respeita, não garante um mínimo de dignidade para que consigam se dedicar à profissão de forma mais humana? O que dizer das escolas alquebradas, tristes, nubladas por que abandonadas pelo poder público que distribui e entrega nossas riquezas aos mais ricos? (Macedo, 2020, p. 64-65).

O decreto da PNA apresenta uma visão romantizada dos sujeitos que são atravessados pelas dificuldades relacionadas à alfabetização no Brasil, além de desconsiderar os problemas sociais enfrentados pelas crianças, suas famílias e, também, pelos professores. Ao tratar da valorização do professor, o documento sugere que a dimensão do método e das evidências científicas resolverá todas essas dificuldades, abstraindo-se de questões que envolvem a efetivação de boas condições de trabalho.

Entendemos que um dos papéis das políticas educacionais é de promover formação continuada para os agentes educacionais em diferentes instâncias, mas para além disso, defendemos a “imprescindibilidade da formação de professores com qualidade e compromisso ético-político-científico com a transformação social” (GALVÃO, 2021, p. 14). De modo contrário, a estrutura dos cursos para formação de professores do programa Tempo de Aprender revela uma concepção de professor reprodutor de imposições, deixando de levar em conta que

[...] as fabricações e os saberes que diferentes professoras alfabetizadoras desenvolvem, no cotidiano de suas salas de aula reais e não exatamente ideais, são e estão sendo construídas e (re)inventadas a cada dia para dar conta de ensinar aos seus estudantes também reais, a leitura e a escrita. E esse movimento realizado pelas docentes vai além de seguir um manual ou uma orientação específica, elaborada para ser colocada em prática na escola, ou para tentar materializar uma tal teoria construída pela academia (Ferreira; Albuquerque, 2021, p. 13).

Diferentemente da bagagem de experiências e conhecimentos trazidos pelas professoras, as videoaulas demonstrativas dos cursos Práticas de Alfabetização e ABC,

do Programa Tempo de Aprender, apresentam práticas simuladas que não condizem com as condições reais para alfabetizar em sala de aula. Em estudo realizado por Nogueira e Lapuente (2021) acerca do curso Práticas de Alfabetização, as autoras observam que nas orientações dos vídeos analisados,

O curso busca prover o que considera necessário para o dia a dia da aula, por meio de sugestões e recursos para que o professor não precise pensar, pesquisar e criar sua própria dinâmica de trabalho, embora seja anunciado que ele pode fazer como desejar. Isso pressupõe uma visão de professor repetidor, não de um profissional capacitado a exercer sua profissão de forma autônoma e reflexiva. Ao indicar, na estrutura da aula, os passos a serem seguidos, os exemplos de como realizar as atividades, o modo de perguntar, de agir e de se colocar na sala, a posição de subordinação a um script é reiterada (Nogueira; Lapuente, 2021, p. 11).

As colocações das autoras tornam evidentes as tentativas de limitar as possibilidades de alfabetizar a partir de um processo humanizador, reflexivo e que leve em conta as necessidades e os interesses das crianças. Dessa forma, tornamos a afirmar que a PNA se constitui como um artifício para a construção de identidades pessoais, sociais, culturais, políticas e históricas que sirvam a um projeto de nação.

Ao definir alfabetização apenas como ensino, omitindo o processo de aprendizagem, “revela-se um equívoco como negação do sujeito aprendiz e de sua agência nesse processo” (Lopes, 2020, p. 87). Assim, o decreto exprime uma concepção equivocada de criança e, por consequência, de como ocorre o desenvolvimento cognitivo das múltiplas facetas relacionadas à alfabetização. A PNA concebe a criança como uma tábula rasa, que chega à escola vazia, pronta para ser preenchida. Não leva em consideração o que as crianças já sabem, que dialogam com inúmeras dimensões do mundo e que são sujeitos “[...] dos processos de ensino-aprendizagem, impregnando-os de suas histórias, valores, conhecimentos e sentimentos, o que torna os processos pouco predizíveis” (Goulart, 2020, p. 92). Na direção contrária, o decreto da PNA apresenta uma concepção de criança como sujeito que necessita de treinamento e repetições em uma perspectiva que se abstém da mente que constrói.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo analisamos alguns princípios, termos e concepções que evidenciam uma perspectiva neoliberal nas propostas da Política Nacional de Alfabetização (PNA, 2019). Mapeamos alguns aspectos que elucidam as movimentações realizadas pelos organismos internacionais que na década de 1990 voltavam sua atenção para a questão da alfabetização e à educação das infâncias. Nesse período em especial, foram estabelecidos alguns acordos e metas a serem alcançados, os quais passaram a impactar na elaboração das políticas educacionais brasileiras e de outros países que também eram beneficiados com financiamentos desses organismos.

Percebemos a prevalência de uma concepção de educação que, pautada no desenvolvimento do capital humano, volta-se à preparação para a vida e de talentos. O documento precursor da PNA, intitulado “Alfabetização Infantil: os novos caminhos”, elaborado por um grupo de trabalho da Câmara dos Deputados, defende a alfabetização em uma perspectiva funcional baseada em evidências científicas e pautada pelo método fônico. O documento encontrou condições favoráveis para ser efetivado no ano de 2019, no interior de um novo contexto político-partidário no qual a política educacional brasileira passou a assumir uma postura subalterna e colonizada, preterindo as pesquisas nacionais sobre alfabetização em prol do emprego de conceitos importados, além de outros, desenvolvidos na perspectiva da alfabetização baseada em evidências.

Por meio deste estudo foi possível detectar o alinhamento da PNA à perspectiva neoliberal através do seu caráter mercadológico, considerando principalmente que dentre seus idealizadores, incluem-se empresários e institutos que investem na produção de apostilas e cartilhas que adotam o método fônico em nome da eficiência e da valorização das evidências científicas e dos especialistas.

A educação ganha cada vez mais sentido na lógica do investimento financeiro enquanto a alfabetização é delineada como competência necessária para o modelo de cidadão desejado pelo mercado, ao qual a educação tem servido como instrumento de sua produção. No entanto, os referenciais estudados indicam a potencialidade dos sujeitos afetados pela implementação da PNA. Cientistas sociais e pesquisadores

resistem a essa política por avaliá-la criticamente e denunciarem suas inconsistências, enquanto professores alfabetizadores e demais educadores evidenciam quão criativos e capazes são em produzir práticas muito mais significativas do que as sugeridas pelos cursos formativos do Programa Tempo de Aprender.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, V. C. de. Apresentação. In: GONTIJO, C. M. M. **Alfabetização: políticas mundiais e movimentos nacionais**. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 1-2.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019**. Institui a Política Nacional de Alfabetização. Brasília, DF: Presidência da República, 2019a. Disponível em: <http://planalto.gov.br/2019/Decreto/D9765.htm>. Acesso em: 05 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: <http://planalto.gov.br/2014/lei/l13005.htm>.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNA Política Nacional de Alfabetização/Secretaria de Alfabetização**. Brasília: MEC/SEAlf, 2019b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/caderno_pna_final.pdf. Acesso em: 18 mar. 2022.

BUNZEN, J. C. Um breve decálogo sobre o conceito de 'literacia' na Política Nacional de Alfabetização (PNA, 2019). **Revista Brasileira de Alfabetização**, v. 1, n. 10, p. 44-51, mar. 2020. Disponível em: <http://revistaabalf.com.br/rabalf/article/view/352>. Acesso em: 07 abr. 2022.

ENDLICH, A. P. R. **Os discursos da Unesco e a avaliação da alfabetização Infantil na América Latina e Caribe (1980-2012): diálogo com o contexto brasileiro**. 2019. 192 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/11377>. Acesso em: 21 set. 2023.

FERREIRA, T. B.; ALBUQUERQUE, E. B. C. de. Práticas Docentes Exitosas na Alfabetização: fabricações, saberes, esquemas e/ou prescrições? In: FERREIRA, T. B.; ALBUQUERQUE, E. B. C. de (Org.). **Práticas Docentes Exitosas na Alfabetização: fabricações, saberes, esquemas e/ou prescrições?** Curitiba: CRV, 2021. p. 13-31.

FRADE, I. C. A. da S. Um paradigma científico e evidências a ele relacionadas resolveriam os problemas da alfabetização brasileira? **Revista Brasileira de Alfabetização**, v. 1, n. 10, p. 15-25, mar. 2020. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/rabalf/article/view/339>. Acesso em: 05 abr. 2022.

FRANCO, A. de. F.; MARTINS, L. M. **Palavra escrita**: vida registrada em letras a alfabetização para além da Política Nacional de Alfabetização. Goiânia: Phillos Academy, 2021.

FRIGOTTO, G. Novos fetiches mercantis da pseudoteoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio. In: ANDRADE, J. de; PAIVA, L. G. de (Org.). **As políticas públicas para a educação no Brasil contemporâneo**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011. p. 18-35.

GALVÃO, A. C. Prefácio: Dos caminhos fáceis ao efetivo compromisso com a educação. In: FRANCO, A. de. F; MARTINS, L. M. **Palavra escrita**: vida registrada em letras a alfabetização para além da Política Nacional de Alfabetização. Goiânia: Phillos Academy, 2021. p. 11-14.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

GONTIJO, C. M. M. **Alfabetização**: políticas mundiais e movimentos nacionais. Campinas: Autores Associados, 2014.

GOULART. C. M. A. A propósito da Política Nacional de Alfabetização – MEC 2019, considerações críticas. **Revista Brasileira de Alfabetização**, v. 1, n. 10, p. 91-93, mar. 2020. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/rabalf/article/view/360>. Acesso em: 07 abr. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Educação. **IBGEeduca**. 2023a. Seção Conheça o Brasil - População. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/populacao/educacao>. Acesso em: 10 jun. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Painel de Indicadores. **IBGE**. 2023b. Disponível em: <https://ibge.gov.br/indicadores>. Acesso em: 10 jun. 2023.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório SAEB/ANA 2016**: panorama do Brasil e dos estados. Brasília: INEP, 2018. Disponível em: https://inep.gov.br/relatorio_saeb_ana_2016. Acesso em: 19 jun. 2023.

KASZCESZEN, F. **Política Nacional de Alfabetização 2019**: avanços ou retrocessos. 2021. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2021.

LOPES, D. M. de C. Considerações sobre a Política Nacional de Alfabetização. **Revista Brasileira de Alfabetização**, v. 1, n. 10, p. 86-90, mar. 2020. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/rabalf/article/view/359>. Acesso em: 27 abr. 2023.

MACEDO, M. do S. A. N. Por uma alfabetização transformadora. **Revista Brasileira de Alfabetização**, v. 1, n. 10, p. 63-65, mar. 2020. Disponível em: <http://revistaabalf.com.br/rabalf/article/view/356>. Acesso em: 14 abr. 2022.

MACIEL, F. I. P. Onde estão as pesquisas sobre alfabetização no Brasil? **Revista Brasileira de Alfabetização**, v. 1, n. 10, p. 58-59, mar. 2020. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/rabalf/article/view/376>. Acesso em: 05 abr. 2023.

MORAIS, A. G. de. Análise crítica da PNA (Política Nacional de Alfabetização) imposta pelo MEC através de decreto em 2019. **Revista Brasileira de Alfabetização**, v. 1, n. 10, p. 66-75, mar. 2020. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/rabalf/article/view/357>. Acesso em: 06 abr. 2023.

MORTATTI, M. R. L. A “Política Nacional de Alfabetização” (Brasil, 2019): uma “guinada” (ideo)metodológica para trás e pela direita. **Revista Brasileira de Alfabetização**, v. 1, n. 10, p. 26-31, mar. 2020. Disponível em: <http://revistaabalf.com.br/rabalf/article/view/348>. Acesso em: 05 abr. 2023.

MORTATTI, M. R. L. Brasil, 2019: notas sobre a “Política Nacional de Alfabetização”. **Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp**, Guarulhos, v. 7, n. 3, p. 17-51, nov. 2019. <https://doi.org/10.34024/olhares.2019.v7.9980>. Acesso em: 26 mar. 2023.

NADALIM, C. F. de P. Apresentação. In: BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Alfabetização (SEAlf). **PNA Política Nacional de Alfabetização/Secretaria de Alfabetização**. Brasília: MEC/SEAlf, 2019. p. 7.

NOGUEIRA, G. M. Impactos da Política Nacional da Alfabetização para educação infantil: um retrocesso. **Revista Brasileira de Alfabetização**, v. 1, n. 10, p. 97-102, mar. 2020. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/rabalf/article/view/362>. Acesso em: 05 abr. 2022.

NOGUEIRA, G. M.; LAPUENTE, J. S. M. “Tempo de Aprender”: uma proposta do Ministério da Educação para professores alfabetizadores. **Educ. Puc.**, Campinas, v. 26, e214933, 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1519-39932021000100103&script=sci_arttext. Acesso em: 02 de abr. 2023.

ONU BRASIL – Organização das Nações Unidas Brasil. Banco Mundial publica relatório sobre pobreza e equidade no Brasil. **Nações Unidas Brasil**. 18 jul. 2022, online. Seção Notícias. Disponível em: <https://brasil.un.org>. Acesso em: 26 fev. 2023.

ROSEMBERG, F. Organizações multilaterais, estado e políticas de educação infantil: history repeats. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 25-63, mar. 2002.
<https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000100002>. Acesso em: 25 fev. 2022.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem**, Jomtien, 1990. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por. Acesso em: 26 fev. 2023.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Educação para Todos: o compromisso de Dakar**. Brasília: UNESCO/CONSED/Ação Educativa, 2001. Disponível em: https://mprj.mp.br/documents/2000_declaracaodakar. Acesso em: 18 jun. 2023.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação**. Brasília: Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação, UNESCO; Boadilla del Monte: Fundación SM, 2022. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/48223/pf0000381115>. Acesso em: 18 jun. 2023.

VIEIRA, G. **Grupo de Trabalho - Alfabetização Infantil: Os Novos Caminhos - Relatório Final**. 3. ed. rev. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: https://alfabetizacao.mec.gov.br/novos_caminhos. Acesso em: 13 jun. 2023.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

HISTÓRICO

Submetido: 26 de Set. de 2023.

Aprovado: 01 de Nov. de 2023.

Publicado: 27 de Dez. de 2023.

COMO CITAR O ARTIGO - ABNT:

CASTRO, E. S. DE; NOGUEIRA, G. M.; FERREIRA, C. R. G. Neoliberalismo na política nacional de alfabetização: Uma análise do decreto nº 9.765/2019. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade - LES**, v.27, n.55, 2023, eISSN: 2526-8449